

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA CONCEPÇÃO DO ALUNO SEM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR

Maria Adriana de Souza*

Maria Luciana Furtado do Rosário**

Edinária Marinho da Costa***

* Mestre em Ensino pela *Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN*, e discente do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva da *Faculdade do Vale do Jaguaribe/FVJ*. E-mail: adrisouza5@hotmail.com

** Discente do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva da *Faculdade do Vale do Jaguaribe/FVJ*. E-mail: luhfurtado1971@gmail.com

*** Graduada em Pedagogia pela *Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN* e Mestre em Educação pela *Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN*. E-mail: edinaria_marinho@hotmail.com

Resumo: O estudo apresentado neste artigo objetivou refletir sobre a atitude dos alunos em relação aos colegas (alunos) com deficiência. Com intuito de atingir essa meta empreendeu-se uma pesquisa de cunho qualitativo, em uma escola pública estadual do município de Apodi/RN. Como fundamentação teórica, o estudo priorizou os dispositivos legais que definem os princípios da Educação Inclusiva, norteados por autores que pesquisam sobre essa temática. A coleta de dados ocorreu por meio de questionários realizados com alunos de uma turma do 7º do Ensino Fundamental (anos finais). Ao todo, foram entrevistados treze alunos sem deficiência, uma aluna com deficiência e uma professora auxiliar. Como resultado, o estudo aponta que a vivência com alunos deficientes possibilita a assimilação de conceitos e valores relacionados à aceitação das diferenças, e, por conseguinte, a desconstrução de preconceitos arraigados ao longo da história.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Alunos, Professor Auxiliar, Atitude.

INTRODUÇÃO

A educação é um direito de todos. Ela é responsável pela socialização das pessoas e requer novas atribuições da escola, bem como a necessidade de ir além da difusão do conhecimento. A mesma envolve outras dimensões tais como: aceitação, respeito, valorização das diferenças, resgate de valores, dentre outros.

Nessa perspectiva, a educação inclusiva surge como uma dessas dimensões, resultado de muitas lutas e leis favoráveis aos deficientes. Desse modo, o direito as conquistas das pessoas com deficiência começou a ganhar força a partir da Declaração de Salamanca (1994).

É importante assinalar que por muito tempo a educação especial limitou-se a um ensino paralelo, desvinculado da sala de aula comum. Gradativamente a escola vem redimensionando seu papel, dando oportunidade aos alunos com deficiência de frequentar a rede de ensino regular.

O presente artigo tem por finalidade refletir sobre a atitude dos alunos (sem deficiência) em relação aos colegas com deficiência, com o intuito de compreender que o convívio com as diferenças permite pensar a inclusão a partir de um novo olhar. Nesse sentido o estudo justifica-se pela necessidade de se conhecer a visão do aluno sem deficiência no tocante a diversidade. Assim pretende-se investigar as reais possibilidades de socialização das pessoas com deficiência, presumindo-se que a educação seja um direito efetivo de todos os cidadãos.

Os pressupostos teóricos que embasam a pesquisa são encontrados em Bueno (1993), Omote (2004), Pires (2006), entre outros pesquisadores e documentos legais que discutem a educação inclusiva.

Situado em uma abordagem qualitativa, bibliográfica e documental o estudo tem por instrumentos de coleta de dados a observação e a aplicação de questionários abertos. Os sujeitos principais desta pesquisa são os alunos de uma turma de 7º Ano do Ensino Fundamental (Anos Finais), em que o lócus escolhido é a Escola Estadual Profª: Maria Zenilda Gama Tôrres, situada na cidade de Apodi, RN.

A relevância da pesquisa está vinculada ao propósito de conhecer a concepção dos discentes da escola regular acerca da inclusão dos alunos com deficiência, dando visibilidade ao ponto de vista daqueles que convivem com o diferente. O convívio com a diversidade permite o desenvolvimento da maturidade emocional no sentido de reconhecer e respeitar as limitações de cada sujeito.

No tocante aos resultados obtidos, constata-se que os participantes da pesquisa, em particular os alunos sem deficiência, reconhecem que todos, independente de ser deficientes ou não, são capazes de realizar as mesmas atividades, demonstrando assim, uma visão não preconceituosa destes, em relação a pessoa com deficiência.

1. ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Os estudos sobre a educação inclusiva têm mostrado que a inclusão é um meio de garantir o reconhecimento e a valorização dos alunos com deficiência. Durante muito tempo as pessoas deficientes foram destinadas ao esquecimento, como retrata o contexto social da antiguidade, especificamente na Grécia e Roma Antiga, nas quais as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência eram abandonadas nas montanhas ou jogadas nos rios.

Na Europa, durante a Idade Média, os deficientes eram associados à imagem do diabo e aos atos de feitiçaria, sendo então, perseguidos e mortos. Nos períodos históricos subsequentes, as pessoas tidas como diferentes continuaram sendo alvo de preconceito e discriminação.

No Brasil, os primeiros passos rumo a educação inclusiva ocorreu durante o período imperial, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos que, em 1891 passou a ser conhecida como Instituto Benjamin Constant (IBC). Em 1857 foi criado o Instituto imperial dos surdos-mudos, tendo nova denominação no ano 1957, que passou a se chamar Instituto Nacional de Educação de surdos (INES). Ainda neste período teve início o tratamento para deficientes mentais na Bahia.

Durante o período Republicano a Deficiência Mental ganha respaldo nas políticas públicas, acreditando que esta deficiência pudesse implicar em problemas de saúde, tendo em vista que era associada a uma falha do organismo. Várias instituições foram criadas para tratar os deficientes mentais. É importante enfatizar que a preocupação concentrava-se no tratamento e não na inclusão destes na sociedade.

Outro fator preponderante foi o aparecimento das primeiras entidades privadas, marcando o surgimento da filantropia e do assistencialismo na educação especial. O advento desses fatores colocam as instituições privadas a frente das públicas em termos de atendimento as pessoas com deficiência.

As ordens religiosas também deram sua parcela de contribuição, visto que muitas instituições ligadas a Igreja proporcionavam um atendimento as classes menos favorecidas da sociedade, conferindo um caráter assistencialista a estas instituições, como enfatiza Bueno (1993, p. 90):

[...] filantrópico-assistencial, contribuindo para que a deficiência permanecesse no âmbito da caridade pública e impedindo, assim, que as suas necessidades se incorporassem no rol dos direitos de cidadania.

O pensamento do autor evidencia o sentimento de incapacidade que era atribuído à pessoa com deficiência como forma de segregá-la socialmente. Essa realidade perdurou por longos anos e seus resquícios ainda continuam presentes na sociedade contemporânea.

Cabe aqui anunciar que a história da Educação Inclusiva no Brasil pode ser dividida em dois momentos: o primeiro ocorreu no Período Imperial, no qual os deficientes, incapacitados de realizar trabalhos que atendessem as exigências de um país agroexportador, eram isolados em instituições

públicas. O segundo momento caracterizou-se pela necessidade de escolarização da sociedade. Essa constatação reforçou o argumento de que as pessoas com deficiência eram incapazes de conviver no mesmo espaço social que os “normais”, devendo estudar em escolas destinadas especificamente para os deficientes.

É oportuno assinalar que a partir da Declaração de Salamanca (1994), o mundo passou a ter uma visão diferente em relação à Educação Especial. Foi propagada uma nova ideia de criança, em que a mesma independente de suas limitações, teria direito a educação regular, sendo tarefa das escolas a adoção de um ensino inclusivo com o intuito de desconstruir o preconceito e a discriminação.

As discussões realizadas pela Declaração de Salamanca são percebidas na Lei de Diretrizes e Base de Educação Brasileira (LDB, 1996), quando destinou um capítulo (Capítulo V), especificamente para tratar da Educação Especial, garantindo em termos legais a oferta de vagas para as crianças deficientes na escola regular, além do atendimento Educacional Especializado (AEE). A partir de então, as escolas passaram a receber as crianças com deficiência em turmas regulares de ensino.

2. A POLÍTICA EDUCACIONAL ACERCA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional define os pressupostos legais que norteiam o sistema educacional do país, tendo como um de seus princípios a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Este comunga com as ideias da Educação Inclusiva, tendo em vista que defende uma escola para todos.

No tocante à Educação Inclusiva, o capítulo V da LDB traz em seu texto garantias legais quanto ao acesso das crianças com deficiência no ensino regular, bem como, serviços de apoio especializado, currículos, professores com formação adequada, com o intuito de assegurar a inclusão de todas as crianças na escola.

Nessa perspectiva, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) para a Educação Especial em consonância com a LDB, enfatiza que todos são iguais e têm direito a viver com dignidade na sociedade, quando explicita em seu texto que:

A inclusão escolar constitui uma proposta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades

educacionais para todos, mas encontra ainda sérias resistências. Estas se manifestam, principalmente, contra a idéia de que todos devem ter acesso garantido à escola comum (BRASIL, 2001, p. 26-27).

Apesar dos avanços alcançados por meio das políticas públicas no âmbito da educação inclusiva, ainda é perceptível as dificuldades encontradas para a inserção dos alunos com deficiência nas salas de aula comuns. A efetivação da inclusão escolar constitui um desafio a ser enfrentado todos os dias pela sociedade.

Desse modo, a política de inclusão não consiste apenas no processo de integração dos deficientes junto aos demais educandos, mas, sobretudo, em reconhecer as potencialidades dessas pessoas com base nas suas diferenças, quebrando paradigmas e conceitos pré-estabelecidos acerca da inclusão social.

Diríamos ainda, que uma das finalidades da escola é a promoção de espaços e práticas inclusivas, com intuito de respeitar e valorizar as peculiaridades de cada aluno. Assim, as vivências propiciadas pelo ambiente escolar contribuem para o desenvolvimento sociocognitivo dos educandos.

Convém assinalar que a efetivação da educação inclusiva requer um planejamento sistemático das ações a serem desenvolvidas nesses espaços, que contemple de forma gradual e contínua a inclusão dos alunos com deficiência. Desse modo, é oportuno enfatizar que a inclusão não se resume a leis e decretos oficiais, mas a busca constante de estratégias que assistam as peculiaridades das pessoas com deficiência. Entende-se, portanto, que, “para que se avance nessa direção, é essencial que os sistemas de ensino busquem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 2001, p.30).

Nessa perspectiva, é primordial criar redes de informação que viabilize a troca de experiências e assegure um atendimento adequado ao processo formativo dos educandos.

Imbuídos nessa ideia vale ressaltar que o Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas deve pressupor, necessariamente, a inclusão de todos, respeitando as diversidades existentes no espaço escolar. Assim, a flexibilização constitui uma de suas características, visto que este deve primar pela adequação curricular em favor do progresso escolar dos discentes.

Com base nesta proposição, o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professora Maria Zenilda Gama Tôrres, contempla os princípios que norteiam a educação inclusiva. O documento construído pela comunidade escolar traz em sua proposta o atendimento educacional

especializado para as crianças com deficiência, deixando evidente, desde sua apresentação, que as ações pedagógicas da escola são pautadas numa perspectiva inclusiva.

A escola dispõe de uma sala de recursos, destinada ao desenvolvimento do atendimento educacional especializado, com intuito de atender as necessidades específicas dos alunos com deficiência. A existência da sala multifuncional representa para a instituição e para os discentes um avanço, tanto no tocante a aprendizagem quanto na efetivação da inclusão de todos.

Para responder aos desafios que se apresentam no âmbito da instituição escolar, o PPP traz em seus objetivos a preocupação em desenvolver um trabalho que ofereça aos educandos caminhos que viabilizem o desenvolvimento das competências e habilidades dos alunos com e sem deficiência.

Para o atendimento das necessidades mínimas das pessoas com deficiência, a escola oferece, em sua estrutura física, rampas e piso tátil para viabilizar o acesso as dependências da instituição. A inclusão é vista, também, nos projetos desenvolvidos pela escola que inclui os alunos deficientes, como exemplo podemos citar o projeto “o novo mais educação”, que oferecer oficinas letramento, música, teatro e esporte. Nele todos estão incluídos, independente de suas limitações.

No âmbito da prática pedagógica é oferecido a equipe escolar cursos e formações específicas, relacionadas a educação inclusiva. Cumpre esclarecer que a referida instituição de ensino, lócus dessa pesquisa, busca assegurar a todos o direito a uma educação de qualidade, afirmando o compromisso político com uma educação inclusiva.

3. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA SOB O OLHAR DOS ALUNOS SEM DEFICIÊNCIA

Conforme mencionado, este artigo tem como finalidade refletir sobre a atitude dos alunos em relação aos colegas com deficiência. Do ponto de vista metodológico o estudo desenvolvido de natureza qualitativa, tem como técnica de coleta de dados, questionários aplicados com alunos de uma turma de 7º Ano do Ensino Fundamental (sem deficiência), uma aluna cadeirante e a professora auxiliar¹.

A coleta de dados ocorreu na Escola Estadual Professora Maria Zenilda Gama Tôrres, nos dias 15 e 16 do mês de maio do ano de 2017. Os questionários foram aplicados na Sala Multifuncional, com treze alunos sem deficiência, uma aluna com deficiência e a professora

¹ A expressão professor(a) auxiliar refere-se ao docente que auxilia os alunos com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento, regularmente matriculados nas escolas comuns da rede pública de ensino, de acordo com Nota Técnica nº 19 / 2010 / MEC / SEESP / GAB de 08 de setembro de 2010.

auxiliar. A turma em geral foi informada com antecedência a respeito da pesquisa e de seu objetivo, logo após, foi solicitada a participação de treze alunos para dar sua contribuição ao trabalho, respondendo as questões referentes ao tema estudado.

Pensar a educação inclusiva requer analisar também a forma como as pessoas concebem a inclusão; não se trata apenas de leis, regras e imposições legais, mas, sobretudo, da visão de cada um dos sujeitos envolvidos no processo inclusivo. Imbuídos nessa ideia, buscou-se analisar a concepção dos atores envolvidos no corpus da pesquisa referente a educação inclusiva e a constituição de uma atitude não preconceituosa em relação a diversidade.

A análise dos dados nessa etapa da pesquisa possibilita a compreensão de que a proposta inclusiva desperta questionamentos quanto a concepção do professor auxiliar, no tocante a sua prática pedagógica.

A presença do professor auxiliar nas salas de aula comum no Estado do Rio Grande do Norte é assegurado pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência Nº 13.146 de 06 de julho de 2015 e Nota técnica Nº 19 / 2010 / MEC / SEESP / GAB de 08 de setembro de 2010, que garante aos alunos com deficiência o auxílio necessário para o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem. A contratação destes significa um avanço na implementação da inclusão do aluno com deficiência, daí a importância de analisar e discutir a visão destes acerca da inclusão.

A professora auxiliar quando indagada acerca da inclusão, nos afirma que “a inclusão é algo que deveria ter acontecido a muito tempo, ainda não está acontecendo como deveria, mas, já houve grande avanço, o que torna a inclusão possível” (Informação verbal).

O relato da entrevistada comunga com as ideias de Omote (2004) quando discute a respeito dos avanços referentes à educação inclusiva, visto que o autor defende que a sociedade vem se tornando gradativamente inclusiva, haja vista as conquistas obtidas mediante as reivindicações sociais. A exemplo dessas conquistas pode-se mencionar a realização do concurso para professor auxiliar de educação especial do Estado do Rio Grande do Norte, garantindo ao aluno com deficiência auxílio no seu processo de aprendizagem.

Outra conquista que pode ser destacada é o fato do aluno com deficiência ter adquirido o direito de frequentar a sala de aula comum, o que propiciou viver a escola como os demais alunos. E a estes, o convívio com as diferenças, possibilitando a construção de uma consciência desmistificada acerca das pessoas com deficiência, como corrobora a fala dos alunos entrevistados:

A1 – Inclusão para mim é um direito que todos têm, seja ele branco, negro, indígenas e deficientes. Todos apesar das diferenças têm direito a tudo, a brincar, a falar, isso para mim é inclusão.

A4 – Inclusão é todo mundo igual, só porque a pessoa é cadeirante, surda ou tem qualquer outra deficiência não quer dizer que não possa ser incluída entre as outras pessoas sem deficiência.

A9 – É incluir as pessoas que têm deficiências, seja ela qual for. Participar das mesmas atividades que a gente realiza.

A fala dos alunos deixa evidente sua compreensão a respeito do que seja a inclusão no contexto social, enfatizando que incluir envolve não apenas pessoas com deficiência, mas, as diferenças de cor, raça, religião e gênero. Os discursos apontam ainda que todos, independentemente de sua condição física ou social, devem ser incluídos e vistos como iguais.

A compreensão dos alunos acerca da inclusão ressalta o nível de entendimento dos mesmos em relação ao tema, bem como, a atitude e contribuição que o convívio com o diferente proporcionou aos alunos. Esse fato fica evidenciado nas vozes dos mesmos quando falam:

A4 – Tudo que vamos fazer dentro da sala de aula em grupo, nós sempre incluímos ela, porque ela é igual a nós.

A7 – ajudando a ela organizar o material e a andar com ela as vezes.

A1 – Ajudando a ela em atividades recreativas, jogos, fazendo com ela se sinta mais feliz. Eu brinco muito com ela, nós achamos muita graça.

O Convívio com as diferenças possibilita a constituição de uma nova postura, de um novo olhar para o diferente. Essa nova forma de ver o outro é retratada pelos participantes da pesquisa. Ao perceber a colega com deficiência como igual, os alunos demonstram uma atitude respeitosa e consciente em relação ao outro. Essa atitude é perceptível nos discursos dos alunos ao mencionar algumas atividades e brincadeiras que realizam em comum, como já mencionou Paulo Freire (1992), pesquisador de renome internacional, em seus estudos. As experiências são relevantes para o processo de ensino-aprendizagem.

Prosseguindo sobre esta análise, destacam-se as vozes dos sujeitos acerca do convívio com as diferenças. Sobre esse aspecto os atores da pesquisa afirmam:

A4 – Aprendi que todos nós com a deficiência que podemos ter, faremos qualquer atividade que qualquer pessoa normal faz.

A7 – Ao ver os cadeirantes e outros tipos de pessoas com deficiência bem melhor.

A9- Que a gente deve respeitar a todos, seja com deficiência ou não.

A10 – Muitas coisas, como afastar a tristeza.

As experiências vivenciadas pelos alunos demonstram que o convívio em sala de aula com o diferente viabilizou uma nova concepção a respeito das pessoas com deficiência. Sob este prisma, os relatos acima expressam uma mudança de comportamento, gerando atitudes positivas no ambiente escolar. Tais atitudes são enfatizadas no discurso dos sujeitos ao relatar que todas as pessoas devem ser respeitadas, independentemente de ter ou não deficiência. Outro aspecto destacado refere-se à alteridade, identificada nas falas quando salientam a equidade que deve existir entre as pessoas.

O processo de refletir sobre si também fica evidente nas falas dos participantes deste estudo, ao enfatizar que a convivência com uma criança deficiente possibilitou a estes afastar a tristeza; ou seja, este percebeu que suas dificuldades são pequenas diante das limitações enfrentadas pelo outro.

As considerações dos alunos são reforçadas pela professora auxiliar ao falar sobre o relacionamento entre os mesmos: “muito bom, eles sempre a incluem e a tratam normalmente, como tratam os demais colegas” (Informação verbal). Este relacionamento se dá de forma interativa e inclusiva, visto que nos relatos dos alunos, da professora auxiliar e da aluna com deficiência, fica evidenciado que na rotina da sala de aula é notória a integração, interação e inclusão de todos.

Considerando os aspectos acima mencionados, vale salientar que a presença da professora auxiliar contribuiu para o aperfeiçoamento do processo de inclusão. Os alunos quando indagados acerca do trabalho da professora, destacam que:

A 1- Ela ajuda muito, pois auxilia nossa colega a fazer tarefas, deveres. Depois que a professora auxiliar chegou, nossa colega ficou numa menina mais tranquila e dedicada.

A 3- Ela ajuda nas atividades e faz com que tudo fique mais fácil para ela.

A 6- Ajuda a fazer as tarefas e a se juntar com os outros alunos.

A 9- Contribui ajudando a participar das nossas mesmas atividades.

O relato feito pelos alunos evidencia a relevância do trabalho da professora auxiliar para o desenvolvimento das habilidades cognitivas e da interação da aluna com deficiência, bem como para a compreensão diferenciada dos demais alunos acerca da educação inclusiva.

As reflexões, até então mencionadas, permite refletir também sobre as especificidades inerentes ao ser humano, a esse respeito Pires (2006, p.84) afirma que “todos os alunos têm especificidades próprias devendo, portanto, ser objeto de uma atenção e respeito que os contemple

como seres únicos”. Sabe-se portanto, que cada ser humano é único; pensa, age e sente de forma diferente, o que é peculiar a cada indivíduo.

Nesse sentido é função da escola atentar que essa diversidade torna-se mais evidente em alunos com deficiência, visto que, estes necessitam de um atendimento especializado voltado para sua inclusão no contexto escolar e nos demais espaços. É preciso, com diz Pires (2006, p. 84), “deixar de ser uma escola de alguns e para alguns, e passar a ser uma escola de todos e para todos”.

O pensamento do autor reforça a fala da aluna quando indagada a respeito da sua vivência em sala de aula. De acordo com ela, com a chegada da professora auxiliar, “melhorou porque ela me ajuda nas atividades e a entender os conteúdos. Antes eu só copiava pelo quadro, e hoje me sinto bem no meio dos outros fazendo o que os outros fazem”. Esse discurso comunga com as ideias de Pires (2006) ao defender a existência de uma escola de todos e para todos.

Subjacente a pesquisa realizada constata-se que os alunos participantes deste estudo compreendem que as pessoas com deficiência podem realizar as mesmas atividades que os demais, desconstruindo a visão limitada e preconceituosa de que o deficiente não é capaz de conviver como igual na sociedade. Essa constatação reforça o fato de que, por meio da vivência em sala de aula com uma aluna que convive com limitações, possibilitou uma mudança no comportamento destes alunos, retratadas em atitudes como: equidade, valorização, solidariedade respeito, alteridade, proporcionando um crescimento pessoal e a formação de uma consciência crítica em torno da educação inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente a Educação Inclusiva vêm ganhando espaço cada vez mais relevante no ambiente escolar e na sociedade, aliando os pressupostos teóricos às práticas pedagógicas, visando assim, alcançar ações concretas e eficientes para a efetivação do processo inclusivo.

O presente artigo aponta que o convívio com as diferenças possibilita um novo comportamento no tocante a interação com as pessoas deficientes. Essa convivência propicia um processo de reflexão sobre si e o outro, viabilizando uma compreensão em torno do papel e da responsabilidade de cada um na efetivação da educação inclusiva.

De acordo com a análise dos discursos é possível perceber que a presença e mediação da professora auxiliar na sala de aula comum viabiliza a compreensão e a aceitação das diferenças

como algo natural existente em todo ser humano, visto que, a singularidade é uma das características do homem.

Diante dessas considerações é importante compreender que a educação inclusiva se faz necessária na sociedade como um todo. Sendo assim, é imprescindível que professores, alunos, pais, funcionários e gestores, reconheçam a relevância desta e exerçam seu papel em prol do bem comum.

Cabe ainda ressaltar que a concepção de cada indivíduo envolvido no processo de ensino contribui para a desconstrução de atitudes preconceituosas ou não, referentes a tudo que foge dos padrões da “normalidade”. Nesse sentido, é importante que a escola, a família e a sociedade proporcionem, desde cedo, a consciência de que o homem vive em meio a diversidade, e, por esta razão, necessita desenvolver atitudes de respeito, valorização e aceitação do outro.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em 25 de maio de 2017 às 21:30.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Nota Técnica SEESP/GAB nº 19/2010**, de 8 de setembro de 2010. Assunto: profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede pública de ensino. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração / segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA MARIA ZENILDA GAMA TÔRRES. **Projeto Político Pedagógico**. Apodi-RN, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

OMOTE, S. (Org.). **Inclusão: intenção e realidade**. Marília: Fundepe, 2004a.

PIRES, J. A questão ética frente às diferenças: uma perspectiva da pessoa como valor. In: MARTINS, L. A. R. et. al. (Org.). **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 78-94.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.